

O CERCO IDEOLÓGICO DO ESTADO NOVO À IMPRENSA DE «PROVÍNCIA»

Em Dezembro de 1933 a censura era ainda aos olhos de alguns um «problema palpitante». Assunto actual, que ainda agitava. Apesar de se ter imiscuído na prática jornalística dos grandes jornais diários há quase oito anos, apesar de ter já calado alguns dos principais órgãos de antigos partidos e organizações sindicais, apesar da mais recente remodelação ministerial lhe ter alargado competências e meios. Continuavam a pulsar, não sabemos hoje com que força, focos de incomodidade e até de resistência à censura.

Assistia-se então à liquidação de um século, quase ininterrupto, de vivência política liberal. Com a aprovação da Constituição, em Março de 1933, o regime do Estado Novo lançara os dois alicerces institucionais da sua política de informação: a Direcção Geral dos Serviços de Censura (DSC)¹ e o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN). Complementares no esforço de «formação de uma nova mentalidade nacional»², anti-liberal e nacionalista, defendida por Salazar, que a propósito argumentava, não ser possível «o luxo de deixar reinar de novo (...) a divisão e a discórdia e de permitir às lutas partidárias o fraccionamento da unidade moral da Nação»³.

Num país em que 51% dos seus habitantes eram analfabetos, onde, em vastas zonas do país, «juntar letras» era sinal de distinção social – segundo o censo de 1940, apenas 26% da população agrícola activa sabia ler – o regime do Estado Novo parece assumir a excelência da imprensa enquanto meio de formação e

¹ Criada pelo Decreto-lei nº 22 756, de 29 de Junho de 1933
² Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas, 1935-1937*, vol. 2, Coimbra Editora, p. 346.
³ *Idem*, 1938-1943, vol.3, p. 161.

informação. Não por acaso, os dois novos instrumentos de governação ensaiam, nesse ano de 1933, diferentes modalidades de controlo da imprensa portuguesa.

Três meses depois da sua criação já o Secretariado de Propaganda Nacional prestava contas do seu trabalho junto da Presidência do Conselho de Ministros, elaborando o «Relatório Sobre o Estado Actual da Imprensa da Província (1 de Janeiro de 1933)» (aqui chamado de Documento A)⁴. Um ano volvido, o mesmo organismo emitia novo documento, «Imprensa de Província, Relatório Referente ao Ano de 1934» (aqui chamado Documento B)⁵. A presente exposição circulará quase exclusivamente neste suporte documental. Mas, convém salientar, a análise destes relatórios será aqui antes demais um pretexto para chamar a atenção sobre o trabalho imenso que a História da Imprensa em Portugal tem ainda pela frente. Para todos os investigadores que se debruçam sobre o interesse dos portugueses pelos negócios públicos este campo histórico merece certamente a sua atenção.

Neste sentido, resolvemos reproduzir em anexo⁶ as informações contidas no Documento B ainda não publicadas. Porém, se disponibilizar esta fonte histórica era já propósito suficiente, pareceu-nos oportuno levantar aqui algumas hipóteses interpretativas sobre o papel desempenhado pelo Secretariado de Propaganda Nacional no controlo da imprensa de «província», no período imediato à institucionalização do Estado Novo.

Este objectivo exigiu da nossa parte um procedimento prévio: aventurarmo-nos no desenho, ainda que aproximativo, dos traços caracterizadores da imprensa de província, o sujeito desta investigação, o alvo do poder político.

Mas não era fácil caracterizar a imprensa de província portuguesa em 1933. Impera sobre ela um total vazio historiográfico. Faltam-nos inventários de títulos, monografias sobre a sua implantação regional, os seus colaboradores, a sua organização, as suas práticas jornalísticas, funções sociais, etc. Como se comportara esta imprensa de província na tensa I República Portuguesa? Como evoluíra durante a Ditadura Militar? Que públicos chegara a alcançar alguma vez a imprensa de província em Portugal? Diminuíram o número de portugueses que se interessavam pelos negócios públicos com a crise que o sistema político liberal português vivenciou? A história da imprensa portuguesa do século xx está por fazer. Neste sentido, os anos de 1933-1934 serão obrigatoriamente o ponto de partida possível da nossa análise, forçada à perspectiva do curto prazo, pela exiguidade de conhecimentos que dispomos sobre o assunto.

Os nossos relatórios contudo davam-nos algumas pistas, embora nos levassem para direcções aparentemente bem distintas. Por um lado, destacavam uma realidade, no espaço mediático português, a que chamavam imprensa de província, sugerindo à partida a possibilidade de um certo grau de homogeneidade nos títulos que nela convergiam. Por outro, revelavam uma imprensa com uma implantação regional muito variável.

Embora separados apenas pelo espaço de um ano os dois documentos apresentavam uma outra diferença assinalável. O Documento A valorizava a análise subjectiva da imprensa, nas referências que fazia aos jornais, utilizando expressões como «sem importância»⁷, «com valor», «sem valor

⁴ In *A Política de Informação no Regime Fascista*, *ob.cit.*, pp. 56-63.

⁵ Este relatório foi em parte publicado pela Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo, na *A Política de Informação no Regime Fascista*, *ob.cit.*, (pp. 64-72) porém, no arquivo do Secretariado de Propaganda Nacional, depositado no Armazém do Pendão, em Queluz, acedemos, ao relatório completo, não cotado.

⁶ Quadro VI.

⁷ *Notícias de Mirandela*, distrito de Bragança, independente.

algum», «de pouco vale», «com valor político», que «domina», etc. O Documento B, em contrapartida, revelava já um SPN apostado na nova forma de intervenção em que se especializaria: a «objectivização» da realidade no número e no quadro estatístico. E se esta mudança de abordagem é, muito provavelmente, a forma mais eficaz de valorizar e legitimar a actuação dos recém-formados serviços do SPN, não deixa porém, em contraste com a postura do Documento A, de nos alertar para a perversa simplificação da realidade que o número tantas vezes opera. Nesse sentido, o Documento A obriga-nos não só a admitir a existência de diversidade nessa realidade supostamente homogênea, como nos avisa sobre a importância das valorizações qualitativas inexprimíveis em números, que se manifestam nas diversas, mas sentidas, influências exercidas pelos jornais.

Convém desde já esclarecer o que entende o Documento A por «provincia»: a totalidade das localidades do país (do continente), à excepção das cidades de Lisboa e Porto. Tudo indica ser esta representação partilhada pelos responsáveis políticos portugueses na década de trinta, porque insusceptível de provocar qualquer interrogação. Mais, nesse esforço de «reconstrução» política e social que o Estado Novo advoga, e no qual o SPN participa, a leitura de um país dividido em dois, entre «cidades» distintas da «provincia», revelar-se-ia operacional.

A bipolarização do país não era arbitrária. Segundo o censo de 1940, das 3987 freguesias existentes, 2858 eram freguesias rurais, com uma população que não excedia os dois mil habitantes. Nesse ano, 72% da população portuguesa que vivia em localidades com mais de 10.000 habitantes encontrava-se em Lisboa e Porto. Significava que, exceptuando estas duas cidades, a primeira com 709.179 habitantes e a segunda com 262.309, todas as outras capitais de distrito tinham menos de 30.000 habitantes, à excepção de Setúbal com cerca de 37.000, sendo que Guarda e Bragança não chegavam aos 7000 indivíduos.

Num país predominantemente rural onde, em 1940, 51,5 % dos portugueses se mantém ligado à agricultura, os sectores secundário e terciário gravitam também eles à volta das sub-regiões Porto-Braga e Lisboa-Setúbal. E veja-se a título de exemplo: dos 190.149 indivíduos que se dedicavam ao comércio, 103.402 vivem em Lisboa e no Porto; dos 100.880 funcionários públicos 52.773 exercem funções em Lisboa e Porto. O grau de urbanização destas cidades contrastava com o resto do país.

Acresce que os dois «mundos» – o rural e o citadino – que co-habitavam em Portugal poucos contactos mantinham entre si. Em 1940 existiriam cerca de dez aparelhos telefónicos por cada mil habitantes. Numa área global de cerca de 90.000 quilómetros quadrados, apenas 20.000 eram cobertos por estradas. A baixíssima densidade viária deixava no isolamento amplas zonas, sobretudo no interior do país. Em 1940, em média, em cada quilómetro das poucas estradas que existiam em Portugal só terão circulado 1800 indivíduos. O índice de passageiros transportados por camionagem, nesse ano, foi de 3,1 viagens por habitante. Viajava-se pouco. A rede ferroviária que cobria apenas 3500 quilómetros de extensão, concentrando-se no litoral, de pouco valia para melhorar esta situação.

Tinham ao que parece razão os decisores políticos para actuarem de forma distinta sobre a imprensa de «provincia». Esta emergia num caldo social bem diferenciado das grandes cidades, onde pesava a ruralidade, o analfabetismo e o isolamento.

Sabemos que o poder central lhe reconheceu um papel potencialmente influente nos meios sociais em que operava. O relator do Documento A reconhece de forma genérica «a importância da imprensa da provincia como meio de propaganda nas cidades, vilas e aldeias» salientando a necessidade de «conhecê-la o melhor possível».

Inventariar essa imprensa do Portugal profundo, conhecê-la para a direccionar, começa por ser aliás a prioridade do SPN. O levantamento de títulos não é porém acompanhado por nenhuma informação objectiva complementar, que nos ajude a caracterizá-la, por exemplo, periodicidade (diários, semanários...), nome dos directores das publicações, venda directa ou por assinatura, tiragens, ano de criação, etc.

Da pena do relator do Documento A saiem apenas duas notas excepcionais: a cidade de Aveiro, onde é referido o jornal *Democrata*, como tendo uma tiragem de 1150 exemplares (não anota a periodicidade); a cidade de Vizeu, onde se indica o nome do director («prevalece a imprensa anti-situacionista com o jornal de Marques Loureiro»). Um silêncio absoluto impera sobre dados desta natureza para os restantes órgãos de imprensa, aqui tratados como «de província». Muito provavelmente este vazio deve-se, em parte, à rapidez com que estes elementos foram coligidos. É mais uma vez o Documento A que aponta: «foram lidos durante algumas semanas todos os jornais e estudadas as suas tendências e respectiva importância(...)». Todavia o inventariador, ao singularizar estes casos, remete-nos para uma substancial homogeneidade na restante imprensa de província, muito provavelmente caracterizada por tiragens pouco significativas (porque não assinaláveis) e, se quisermos ir ainda mais longe na especulação, dirigida por personalidades semi-obscuras, pelo menos, saliente-se, aos olhos do funcionário de um gabinete da capital. À investigação futura caberá dar corpo, movimento e alma a estes directores, redactores e administradores de jornais locais.

Embora, evidencie-se, sem termos procedido a nenhuma investigação sistemática sobre este assunto, a leitura aleatória de alguns destes órgãos de imprensa escrita, permitiu-nos constatar a frequência com que um único indivíduo concentrava em si várias funções, de director, redactor, administrador, proprietário.

À hipótese de estarmos perante uma imprensa de tiragens pouco significativas podemos acrescentar a forte possibilidade de esta exercer a sua influência num espaço tendencialmente circunscrito. A acção destes jornais parece exercer-se tendencialmente a nível concelhio, pelo menos é esta unidade administrativa que o funcionário do SPN adopta nas suas esforçadas avaliações qualitativas (Documento A). E nem mesmo nas regiões onde escasseiam jornais (como Bragança) ou se multiplicam títulos (como Aveiro) se procedeu a nenhum reacerto de avaliação⁸.

Na dimensão e influência destes jornais poderá provavelmente explicar-se o critério distinto a que obedeceu o Documento B, que inseriu títulos das duas grandes cidades no seu inventário, referenciando para Lisboa apenas a não inclusão das publicações literárias e dos títulos da imprensa diária. Embora o relator nada nos diga a propósito do Porto, tudo leva a crer ter seguido critério idêntico.

De qualquer forma, por total desconhecimento ou por ser considerado irrelevante esmiuçar os pequenos espaços de circulação ocupados por cada um destes jornais, o certo é que o trabalho do SPN parece consistir, antes demais, num arrancar da obscuridade, ou semi-obscuridade, títulos que o poder central ignora. A propósito do distrito de Castelo Branco, o relator acrescenta significativamente em nota: «o Anuário Comercial refere-se a um jornal *O Imparcial* que não conhecemos». Da atitude do funcionário de Lisboa transparece muito provavelmente a percepção de que nenhum título deveria ser menosprezado porque, a exercer influência esta imprensa de província fá-lo-ia circunscrita e localmente, controlá-la seria um exercício de minúcia. Este preciosismo do relator

⁸ Ver Quadro IV.

diz-nos mais, alerta-nos para o esforço de rigor que os responsáveis pela elaboração destes relatórios impuseram ao levantamento que realizaram.

Tudo parece indicar que nenhum órgão recenseado nestes documentos ultrapassou o estreito espaço da região administrativa em que se implantou. Mais. Nenhum jornal de província parece ter conseguido impor-se como negócio rentável, florescente. O que não é o mesmo que afirmar que todos eles dessem prejuízo, e muito menos que não pudessem sustentar um pequeno número de orçamentos domésticos, mais ou menos remediadamente. Mas nada sabemos sobre as diferentes orgânicas de funcionamento, formas de financiamento ou encargos que respeitem a estes jornais. O estudo das localizadas teias de interesses e motivações que animam esta imprensa de «província» está por fazer.

Contudo, muito provavelmente, estamos mesmo perante uma imprensa com tiragens reduzidas, penando com dificuldades financeiras, assente num espaço de acolhimento restrito.

Porém, um simples relance pelos dados contidos nos dois relatórios (veja-se o Quadro IV) permitiam compreender que esta imprensa tinha uma implantação de tal forma desigual que nos obriga a repensá-la na sua diversidade. Um distrito interior como Bragança apresentava 2 títulos, enquanto em Aveiro prosperavam 35 jornais.

Foi quase em vão que procurámos alguns indícios de esforço interpretativo destas diferenças nos nossos documentos.

Embora o objectivo dos documentos (A e B) fosse muito para além da inventariação de títulos, e ambos propusessem uma classificação política desta imprensa em «situacionistas, simpatizantes, neutros, anti-situacionistas e jornais de classes»⁹, nenhum deles coligia dados explicativos das diferenças quantitativas e qualitativas encontradas. Mesmo o Documento A, que como vimos se distinguiu por proceder a uma análise qualitativa dos títulos recenseados, não deixava de fazer transparecer uma desoladora míngua de referências às desiguais influências locais recenseadas.

Apenas duas alusões, à cidade de Lisboa e Santarém, apresentavam uma vaga hipótese de existir alguma correlação entre variáveis regionais: entre o número de habitantes e o número de jornais existentes; entre um maior grau de penetração da imprensa de Lisboa e a pobreza no número de títulos destes distritos (Lisboa «a existência de poucos jornais claramente situacionistas ou anti-situacionistas numa região tão populosa, explica-se pela penetração que nela têm os jornais da capital»; Santarém «exceptuando Abrantes não há no distrito um jornal que faça francamente a propaganda dos princípios do Estado Novo. Essa falta faz-se sentir principalmente na cidade de Santarém. Também não há imprensa claramente anti-situacionista em todo o distrito. Será devido à proximidade de Lisboa e do facto de em Santarém receberam os jornais horas depois de aparecerem na capital que se nota no distrito, uma falta de imprensa propriamente política?»).

Se olharmos para o Quadro V não é difícil compreender que a variável número de habitantes não era um absurdo completo. Contam-se entre os distritos mais populosos aqueles que apresentam um maior número de jornais (Porto, Braga, Aveiro, Coimbra), contudo esta variável está longe de explicar todas as oscilações de implantação registadas. E basta olhar para os despovoados distritos de Beja (com 8 títulos, e uma população de 275.441 habitantes) e Bragança (com 2 títulos e 213.233 habitantes), ou ainda verificar como os populosos distritos de Faro e Leiria não conseguem igualar os mais despovoados distritos de Portalegre ou Évora.

⁹ Esta última classificação foi abandonada. Os dois documentos adoptam a seguinte classificação: situacionistas, simpatizantes, neutros, anti-situacionistas.

O grau de velocidade de penetração no espaço português da imprensa diária de Lisboa é também apresentado como condicionante para a maior implantação dos jornais de província que, sabemos, obravam tendencialmente em meios contagiados pela ruralidade, onde a imprensa diária de maior circulação editada em Lisboa e no Porto só chegava, quando chegava, com alguns dias de atraso (difíceis de contabilizar).

Apesar da escassez de informações existentes, as notas do relator do Documento A deixam-nos a impressão das dificuldades dos circuitos de distribuição dos grandes jornais citadinos, certamente ancoradas na estrutural carência portuguesa em vias de comunicação e transportes, que atrás nos referimos. O certo é que o relator deste documento, na sua tentativa de caracterização da imprensa de província, refere apenas duas vezes a influência dos jornais de Lisboa. Convém pois tomar algumas precauções sobre o alcance da imprensa diária de Lisboa e do Porto, este parece ser assinalável, desde que expurgado da variável temporal (no sentido de velocidade a que se acede a uma informação). Na província «os mais sequiosos de notícias vão lê-las ao merceeiro ou boticário do lugar, que é correspondente de algum diário do Porto ou Lisboa e proporciona a leitura do seu exemplar a todos os fregueses que frequentam a loja»¹⁰.

A escassez de informações sobre a variável «acessibilidade à imprensa da capital», permite-nos colocar a hipótese de estarmos perante uma imprensa que tende a florescer num espaço mediático tendencialmente desabitado. O que também é apenas meia verdade. Se olharmos, uma vez mais, para o Quadro V verificamos que a distância e o isolamento do distrito de Bragança não impulsionou uma imprensa vigorosa.

Não tendo este estudo a pretensão de poder analisar em profundidade a diversidade desta imprensa, não deixam porém de nos assaltar algumas condicionantes susceptíveis de interferir nas várias configurações regionais: densidade populacional, grau de analfabetismo, cultura política comunitária, influência do catolicismo, configuração de élites políticas, etc., a que não escapa o valor (político e humano) dos seus redactores.

O que sabemos é que eram bem vastas as tâmporas dos que faziam este ou aquele órgão ser, aqui e ali, influente. E, mais uma vez, não dispondo de conhecimentos sobre os conteúdos destes jornais (géneros, diversidade, informação, actualidade, etc.) seria interessante saber em que medida esta imprensa seria padronizável ou personalizada.

Não obstante todas as lacunas que temos vindo a referenciar podemos desde já adiantar que estamos, ao que tudo indica, a falar de uma imprensa quase desconhecida em Lisboa, de influência circuncrita, que abarcava um pequeno universo de títulos, mas que nem por isso era esquecida pelo poder central.

Mas atenção, não era insignificante. Na província o jornal era lido por mais do que um leitor, era «frequente os leitores existentes associarem-se para assinarem o mesmo jornal»¹¹. Além de lido e relido, o jornal era estimado: «o leitor provinciano, para quem o jornal constitui, quase sempre, um azeite cultural e uma respeitável bíblia que importa consultar, para poder orientar-se e formar opinião, não lê levemente, o seu jornal. Pelo contrário; se o artigo lhe agradou, se lorigou nele um reflexo do seu próprio bom senso, faz mais do que lê-lo e recomendar a leitura à família, aos amigos, aos conhecidos: recorta-o, cuidadosamente, e guarda-o na carteira e coloca-o no álbum das coisas respeitáveis, junto da certidão de matrimónio e da folha selada do arrendamento»¹².

¹⁰ Public Record Office/ Foreign Office 371 C 31151.

¹¹ Public Record Office/ Foreign Office 371 C 31151.

¹² Hugo Rocha, *Jornalistas*, Ed. Liga Portuguesa de Profilaxia Social, Porto, 1946, p. 12.

É neste contexto, que o recém criado SPN, que entre as suas numerosas competências contava «regular as relações da imprensa com os poderes do Estado» e «combater por todos os meios ao seu alcance a penetração no nosso País de quaisquer ideias perturbadoras e dissolventes da unidade e interesse nacional»¹³, revela, através da elaboração destes documentos, em que consistiria a sua acção complementar da obra restritiva da censura na imprensa de província.

Da classificação política a que o SPN submete os jornais, transparece o interesse do regime em conhecer, primeiro que tudo, qual a imprensa não inimiga, aquela que é abertamente, parcialmente ou potencialmente aliada. Daí a preocupação na subdivisão – complexificação, conhecimento acrescido – em situacionista, simpatizante e neutra. É o próprio SPN que define, como objectivo do Documento A, chegar a «resultados mais eficazes» elaborando «um plano para o melhor aproveitamento da imprensa situacionista no sentido duma propaganda organizada do princípios políticos e sociais do Estado Novo e regime corporativo e dos factos que ilustram a obra dos governos da Situação».

Um trabalho de investigação de maior fôlego poderia ajudar a uma maior compreensão da matiz ideológica subjacente à análise qualitativa empreendida pelos funcionários do SPN.

Não é fácil definir a subtil linha ideológica que divide os jornais simpatizantes dos jornais situacionistas. A percepção da diferença não parece residir no conteúdo mas na forma, argumentativa e persuasiva, encontrada para comunicar o essencial, isto é, no valor propagandístico do discurso impresso, na capacidade de entusiasmar, atrair votos de fé no então actual movimento de mudança política. Aparentemente, os jornais simpatizantes são aqueles, que embora divulguem a obra do novo regime, não justificam «os princípios políticos e sociais do Estado Novo limitando-se a relatar os factos»¹⁴. Pelo contrário, a imprensa situacionista é aquela que sustenta «francamente a propaganda dos princípios do Estado Novo»¹⁵, «defensora da situação»¹⁶ capaz de fazer «com método e entusiasmo a propaganda das ideias nacionalistas e corporativas»¹⁷. A insistência do relator na existência de «boa vontade», mas também da falta de vigor intelectual, por parte dos colaboradores da imprensa situacionista, permite-nos suspeitar da dificuldade em classificar alguns órgãos de imprensa na categoria de simpatizantes ou situacionistas.

Não menos misterioso permanece para nós o enquadramento classificativo da imprensa neutra. Se por um lado nela parecem caber todos os jornais de conteúdos acentuadamente despolitizados, por exemplo de cariz regionalista¹⁸, que o relator refere como «sem valor algum» ou «sem valor político», ou ainda, alguns órgãos católicos (veja-se a este respeito a proposta do relator do Documento A de criação de uma nova publicação abertamente situacionista, no distrito de Castelo Branco, por ser «difícil influenciar politicamente os jornais católicos»), por outro lado, sabemos que no balanço da evolução da imprensa durante o ano de 1934, realizado no documento B, é nesta modalidade classificativa que ocorre o maior movimento de transferências (ver Quadro III). A nosso ver, é provável poder atribuir-se a esta categoria um sentido político favorável ao regime, prova disso são, à partida, as 26 transferências de títulos de jornais neutros, para a classificação de simpatizantes ou situacionistas, em Dezembro de 1934.

¹³ Decreto-Lei nº 23: 054 de 25 de Setembro de 1933 que cria o Secretariado de Propaganda Nacional.

¹⁴ Refere-se jornal «simpatizante» do distrito de Évora, Documento A.

¹⁵ *Idem*.

¹⁶ *Ibidem*, Distrito de Braga.

¹⁷ *Ibidem*, Distrito de Faro, referenciado no Documento A como Algarve.

¹⁸ Jornais publicados no distrito de Viana do Castelo: *O Courense* (Paredes de Coura) e o *Terra Minhota* (Monsão).

A dificuldade em especificar a classificação de neutralidade política não nos impede de realçar a constatação de que a ausência de posicionamento político era já por si um posicionamento político.

Não estaremos certamente a forçar a realidade se colocarmos num mesmo bloco pró-regime, todos os jornais referenciados nas categorias atrás descritas: situacionistas, simpatizantes e neutros.

O esforço de afinar meios que permitam um maior conhecimento deste bloco, por parte do relator, contrasta vivamente com a grosseira classificação da imprensa inimiga numa única categoria, anti-situacionista. Esse «outro» campo político é aqui referido como perigoso («jornais extremamente perigosos», Beja) habilidoso (servem-se de «habilidades para atacar a situação», Braga), uma má influência política («a acção nefasta», Coimbra), etc. Mas apenas num concelho se aflora a capacidade de agitar a discussão no espaço público, em Alcobaça: «é preciso (...) impedir que o jornal anti-situacionista continue a servir-se de processos de ataque que rebaixam os leitores e são factores de desassossego público pelas paixões que suscitam».

No entanto, a perspectiva de observação, convém salientá-lo, parte do ponto de vista do regime. O confronto era já desigual. O Estado Novo possuía uma preciosa vantagem: um recém-reestruturado serviço de censura. Isto é, um instrumento de controlo, condicionante, invisível e multifacetado, de toda a actividade jornalística. Não se inscreve assim o oposicionismo aqui mencionado num contexto de uma imprensa livre. Os jornais oposicionistas penavam já por entre restrições e pressões que em breve acabariam por os descaracterizar e demolir.

Convém no entanto chamar a atenção para a vastidão de projectos jornalísticos que podem ter «caído» na categoria de jornais anti-situacionistas. A contextualização do ambiente de luta política e ideológica vivida em Portugal, pode ajudar-nos a compreender a rudeza deste critério. Detenhamo-nos nas palavras do relator do Documento A, a propósito do jornal *Ala Esquerda*, de Beja, que define como defensor de «ideias absurdas e antinaturais», ou ainda nas referências ao jornal *Correio de Mirandela* que descreve: «anti-situacionista, mal colaborado, com as deficiências e baixezas de todos os jornais dirigidos e colaborados por pessoas incultas na razão directa das paixões e ódios em que vivem enrolados». Muito possivelmente estamos perante um relator vivendo um período de convicto dogmatismo, levado a esbater as diferenças do campo adversário, capaz de colocar lado a lado um órgão socialista, um democrático liberal, um democrático conservador e outro que insira aqui e ali residuais referências aos valores democráticos, mesmo que de forma mitigada, mesmo com motivações de diversa índole. Pois nada nos garante que todos os órgãos aqui caracterizados como anti-situacionistas fizessem oposição ao Estado Novo. A 26 de Fevereiro de 1933 dizia o jornal *Notícias de Melgaço*, também referenciado como anti-situacionista: «em número mínimo são aqueles que sabem quanto um jornal representa de esforço e de sacrifício e, muito especialmente para os jornais com uma tiragem pequena como o é o Notícias e num meio como este em que é difícil coordenar-se (sic) a contento de todos os leitores». Refira-se a propósito que, quer o *Correio de Mirandela*, quer o *Notícias de Melgaço*, aqui mencionados como anti-situacionistas, acabariam por ser, em Dezembro de 1934, no Documento B, transferidos para a categoria de situacionistas e, em ambos os casos, sem mudar de director¹⁹.

¹⁹ O *Correio de Mirandela* tinha como Director e Proprietário J.Neves, o *Terra Minhota* tinha como Editor e Director Cesário Rebelo Vieira.

Se nos detivermos nas recomendações do Documento A, para melhorar o panorama político da imprensa de província, apercebemo-nos desde logo que o grosso destas recai sobre a imprensa situacionista e simpatizante (ver Quadro I). Dotar de maior «entusiasmo» e «inteligência» o conteúdo destes jornais parece ser uma das preocupações do SPN. Mas acrescenta-se outra: cuidar da propaganda do Estado Novo junto dos meios operários da província. Vejam-se as referências às localidades de Guimarães («valorizar a acção de propaganda no jornal situacionista(...) deve dar-se ao jornal da situação uma feição social pois o meio é muito fabril»); Covilhã («como é difícil influenciar politicamente os jornais católicos convinha pensar na publicação dum jornal da Situação com feição social defendendo o espírito e as realizações do Estado Novo junto das massas trabalhadoras da Covilhã.»); Guarda («basta ajudar para uma mais eficaz propaganda dos conceitos económicos e sociais do Estado Novo das vantagens morais e materiais das Casas do Povo e Sindicatos, o jornal da Situação»); Gouveia («havia interesse em conseguir para a defesa franca da Situação um dos jornais de Gouveia dada a importância do meio») e Setúbal («como meio industrial importante é preciso pensar a sério na criação ou utilização de qualquer jornal para a propaganda dos princípios sociais do Estado Novo»).

Em contrapartida, é bem menor o rol de propostas de intervenção nos órgãos oposicionistas (ver Quadro I).

Poderíamos daqui concluir, ser esta a vocação interventiva natural, num organismo responsável pela propaganda. Contudo parece-nos tratar-se de mais do que uma mera especificidade funcional.

Na verdade, como veremos, as mudanças operadas na imprensa de província, durante o ano de 1934, apontam para uma política de informação apostada em reforçar a sua posição de duas formas: tentando alargar a sua influência na imprensa não oposicionista; isolando e censurando a imprensa oposicionista.

A estratégia que parece prevalecer e avançar é de cerco ideológico. Ao SPN e à DSC coube ao que parece materializá-lo. Aliás, só em situações muito pontuais, excepcionais, é que o relator do documento A insiste na aplicação da medida mais dura, a suspensão. Mas a regra, tudo indica, foi outra. Vejam-se os pedidos do SPN de um maior rigor na actuação da censura em Aveiro, Fafe, Covilhã, Alcobaça, Penafiel, Arcos de Valdevez e Valença, a que se contrapõe uma só recomendação para que se suprimam dois jornais de Beja (*Porvir* e *Ala Esquerda*).

A ofensiva no campo da informação do regime autoritário português, fora das grandes cidades, parece ter sido pautada por ponderação e cautela. Não é tendencialmente abrupta, e muito menos decretada por nenhum exercício de força imediato, de um distante poder central.

Pelo menos dois factores sobressaiem a sustentar esta política de informação do regime. Em primeiro lugar, tudo parece indicar, que o Estado Novo não dispunha de nenhuma situação aflitiva que o incitasse, neste campo, a intervenções radicais de qualquer espécie. Já em Dezembro de 1933 a imprensa de província apresentava uma feição política favorável ao regime. Se seguirmos o raciocínio, atrás descrito, e incluirmos os títulos enquadrados na classificação de neutros entre os jornais que favorecem a situação, passamos a contar como 169 títulos²⁰ de imprensa favorável ao Estado Novo, a que se contrapõem 81 títulos anti-situacionistas, podemos assim relativizar os números apresentados pelo SPN no Documento B, que contabilizavam apenas 101 títulos favorá-

²⁰ A quantificação dos títulos aqui adoptada teve por base a lista de títulos inserida no Documento B, que aponta para um universo de 250 títulos e não 251 como os contabilizados no quadro síntese apresentado no mesmo Documento. O erro recai no Distrito de Viseu onde o funcionário contabilizou 4 títulos em 1933 na categoria de situacionista, em vez de 3 títulos.

veis, contra 81 desfavoráveis, e 69 títulos, descaracterizados, sob a designação de neutros. Este ponto de partida confortável está longe de significar que o regime dominasse toda a imprensa na província. Este, aliás, sabia-o. Disso lhe dera conta o primeiro relatório de Dezembro de 1933. Este não se limitava à inventariação de títulos e à sua catalogação política, ia bem mais longe. O relator propunha-se fazer «um balanço entre a imprensa situacionista ou simpatizante e a imprensa anti-situacionista, vendo qual predominava». Os concelhos são aí passados a pente fino. Apontando-se quem «predomina» ou onde se «equilibram». Tudo leva a crer que o momento era ainda «contar»²¹ armas, num regime recém-institucionalizado que pragmaticamente procurava observar a realidade para nela poder intervir.

Dessa análise ressalta uma imprensa política diversificada com um grau de implantação e influência variável de concelho para concelho. Não nos esqueçamos, a propósito, que alguma imprensa oposicionista «queimava» agora os seus últimos cartuchos. O que nos remete necessariamente para o segundo aspecto que alicerça esta política de informação: ela direcciona-se para uma imprensa tendencialmente dispersa e de influência circunscrita. A eficácia da estratégia do regime parece depender, em grande medida, do seu terreno de actuação tender a ser parcelado e disjunto.

O regime tinha então a possibilidade de optar por uma actuação insinuante, assediante, que opera múltiplos reacertos locais, com raras intervenções severas ou inesperadas. Os pequenos «quistos» oposicionistas eram só excepcionalmente retirados cirurgicamente pelos «bisturis» locais orientados pelas duas mãos invisíveis, da Censura e do Secretariado de Propaganda Nacional. Tais interferências, embora susceptíveis de provocar pontualmente alguma corrente de revolta, estariam irremediavelmente salvaguardadas pelo seu restrito alcance. A vaga de mal-estar, a haver, seria localizada, a censura não lhe permitiria ter voz. Mas, uma vez mais, nada sabemos sobre estas (pequenas ou grandes?) convulsões pontuais.

Os Quadros II e III permitem-nos avaliar genericamente em que consistiram, no espaço de um ano, as alterações que permitiram reconfigurar a imprensa de província. Estas processaram-se, desde logo, de três formas distintas: criação e suspensão de órgãos escritos, e ainda, transferências de categoria de títulos já existentes. Definir com rigor o papel desempenhado pelo SPN será certamente tema para outro estudo.

Não obstante, o Documento B explica-nos qual foi a «Acção do SPN na imprensa de província durante o ano de 1934» referindo: «1º foi feito um estudo destalhado de todos os jornais(...); 2º foi estudado um plano de valorização da Imprensa de província aproveitando, orientando e fortalecendo a acção de propaganda dos jornais que se publicavam e apresentavam tendências situacionistas; 3º foram estabelecidas relações com os jornais escolhidos segundo a importância das terras em que eram publicados e a sua expansão; 4º foi elaborado um plano de artigos a fornecer(...)». Como não possuímos a lista de jornais sobre os quais incidiu a actividade do SPN ficamos sem saber, ao certo, o que ocorreu.

Seja como for, não custa a crer que o SPN tenha influído no delinear de actuações concretas em vários distritos do país. Desde logo, é bem provável que tenha impulsionado a criação de vários jornais situacionistas nos distritos onde esta imprensa rareava (Beja, Setúbal, Évora, Faro e Portalegre)²². Mas nada sabemos sobre o processo de constituição, funcionamento e dependência destes face ao SPN. O caso de Bragança obriga-nos porém a ter cautela, uma nota no Documento

²¹ A expressão é nossa.

²² Ver Quadro II.

A refere: «em Janeiro [1934] apareceu em Castelo Branco, o primeiro número dum jornal situa-
cionista *A Vanguarda* impresso em Lisboa e dirigido por Augusto Duarte Beirão». Assim sendo, e no
que se refere ao cerco ideológico que atrás apontámos, somos obrigados a considerar que este
poderá ter resultado de uma confluência de esforços do SPN e outros elementos do regime. Por
iniciativa própria? Enquadrados por outras instituições?

De qualquer forma, não é difícil constatar que o grosso de jornais criados recai sobre o bloco
por nós considerado favorável ao regime, que soma 22 títulos, a que se contrapõem apenas 4 títulos
colocados na categoria de anti-situacionistas (ver Quadro II)²³.

Os 26 novos títulos que surgem neste ano quase preenchem o vazio deixado pelos 29 títulos
suspensos. Porém, nesta categoria o número de suspensões distribui-se de forma distinta, recai
sobre 14 títulos do bloco favorável ao regime e 15 de títulos pertencentes à categoria de anti-
situacionistas. O balanço de suspensões e criação de novos títulos, por categoria, aponta para um
ganho de 8 novos títulos no bloco favorável ao regime e uma perda de 11 títulos para o campo anti-
situacionista.

Convém notar que pouco sabemos sobre como se processaram estes encerramentos de títulos.
Mas sabemos estar a utilizar o termo de suspenso para realidades muito distintas. Auto-suspensões
nuns casos, suspensões impostas noutros, mas quais, por quem, por que vias? Em que medida
alguns dos novos títulos não serão remodelações de «velhos» títulos?

Tudo indica que uma parte substancial das transformações operadas na imprensa de província
se processou no entanto bem mais discretamente, por via de transferências de categoria dos títulos
dos jornais: num prévio universo de 250 títulos, 54 mudam de categoria, segundo o funcionário do
SPN.

Ao olharmos para o Quadro III facilmente compreendemos que foi desigual, mas notável, o
número de títulos de jornais que transitaram de categoria, de Dezembro de 1933 a Dezembro de
1934. Mas falamos de títulos de jornais, e, mais uma vez, nada sabemos sobre as implicações
destas mudanças para além, eventualmente, do seu conteúdo. Alguns terão mudado de director, de
colaboradores, outros possivelmente não. Vários terão sido pressionados, mas não sabemos nem
como, nem por quem. Outros terão procedido a naturais reajustes, persuadidos pelas mais diversas
razões, talvez até por mimetismo. Não sabemos.

Não obstante, é fácil verificar que as transferências seguiram um percurso altamente favorável
ao Estado Novo, num total de 54 transferências, 49 orientaram-se nesse sentido. Destas, 26 foram
jornais classificados como neutros que passam a simpatizantes (24) e situacionistas (2). Da
categoria dos jornais anti-situacionistas também se transferem 16 títulos de jornais, em 1934, para
o bloco de imprensa pro-regime: 2 passam a situacionistas, 7 a simpatizantes e 7 a neutros.

Se procurármos justapor as informações recolhidas no Documento B, sobre as transferências,
jornais criados e suspensos, confirmamos a estratégia de cerco ideológico do regime, mas ficamos
a saber muito pouco sobre os procedimentos desta actuação nos distritos que, como atrás
referimos, apresentavam cenários mediáticos tão distintos.

²³ Neste quadro contabilizamos os títulos da lista contida no Documento B, aqui reproduzida no Quadro VI, através dela detectamos
algumas incorrecções do Quadro Síntese apresentado no Documento B, que não reproduzimos. Nesse quadro elaborado pelo SPN
não se encontrava referenciado para Viseu um novo título situacionista, nem para Portalegre se referia novo título com a mesma
classificação e um outro suspenso anti-situacionista. Desta forma, seguindo a nossa contagem, os jornais suspensos somariam
29 títulos e não 28 e os títulos novos 26 títulos em vez de 24.

A procura das várias matizes que retratem as gradações desta política de informação pode ajudar a apurar a atitude que prevalece nesta política de cerco. Tarefa difícil. Antes demais, porque a presente investigação não incidiu na contextualização dos variados particularismos regionais (geográficos, económicos, sociais, políticos, culturais, etc.) que certamente ajudariam à compreensão mais cabal desta imprensa de província. Procuraremos, embora de forma acanhada, sustentar este multifacetado processo de controlo de jornais.

A prudência, parece definir quase por inteiro a linha de actuação do Estado Novo no campo da imprensa de província. Porém, o regime parece compreender que esta não obriga a uma fórmula única de comportamento. Podemos, no estado actual da investigação, detectar duas atitudes distintas.

Um primeiro procedimento, pautado pela perseverança e cautela, actuou nos espaços tendencialmente menos isolados, mais populosos, com uma imprensa mais vigorosa, não só em número de títulos como em espectro político representado. Aqui as mudanças mais assinaláveis recaem no bloco favorável ao regime, e embora apresentem maior número de títulos anti-situacionistas, estes distritos conseguem manter algum vigor neste campo. O Quadro I, II, III é fundamental para acompanhar a descrição distrital que procuraremos fazer. Começamos pelo Porto, em Dezembro de 1933, foram aí recenseados 25 títulos de jornais. Destes, 10 títulos eram classificados como anti-situacionistas. Nove manter-se-iam na mesma classificação e um fugiria para a categoria de neutro, em Dezembro de 1934. As quase imperceptíveis transformações ocorridas na imprensa desta região não recaem, assim, no campo político inimigo. Estas eram contudo visíveis no bloco favorável ao regime que, em Dezembro de 1933, contava com 15 títulos, assim distribuídos: 6 situacionistas, 4 simpatizantes e 5 neutros. Um ano depois, eram 16, nesta categoria, mas apresentavam uma nova distribuição que apontava para o reforço propagandístico do projecto político do Estado Novo: 7 situacionistas (ganhara 1 vindo dos simpatizantes), 6 simpatizantes (ganhara 3 neutros) e três neutros (ganhara 1 anti-situacionista).

Passemos a Aveiro. Curiosamente este é o distrito que apresenta, em Dezembro de 1933, um maior número de títulos, 35. É também a região do país onde o bloco favorável ao regime se encontra numa posição mais precária, 19 títulos que se contrapõem a 16 oposicionistas. No bloco pró-situacionista apenas 4 títulos são clasificados como situacionistas, 9 como simpatizantes e 6 como neutros. Em Dezembro de 1934 este bloco reforça-se, passa a totalizar 23 títulos, a categoria de situacionistas somava agora, nada mais nada menos, que 10 títulos (devido à criação de 1 novo jornal, à transferência de 3 jornais simpatizantes e 1 anti-situacionista). A classe de simpatizantes mantinha os 9 títulos (ganhara 2 títulos aos neutros e 1 aos anti-situacionistas), os neutros somavam agora apenas 4 títulos.

Como sucede no Porto, é visível o esforço de consolidar a imprensa favorável ao regime, mas simultaneamente regista-se aqui uma singular movimentação nos 16 títulos no campo oposicionista: retenha-se o facto de o cerco propagandístico ter permitido que 2 jornais anti-situacionistas enfileirassem no bloco declaradamente afecto ao regime; registe-se ainda a suspensão de apenas 2 destes jornais e a criação de 1 novo órgão anti-situacionista.

Os distritos do Porto e de Aveiro ilustram de alguma forma a aposta numa actuação branda, em terreno político não completamente dominado, sustentada pelo concerto de intervenções discretas da DSC e do SPN. Aqui, em vez de mudanças radicais, opta-se pelo procedimento cauteloso.

O distrito de Viana do Castelo assemelha-se aos dois casos anteriores. Em Dezembro de 1933, contava com 14 títulos, metade estavam colocados na categoria de anti-situacionistas. Os restantes distribuíam-se da seguinte forma: 3 situacionistas, 2 simpatizantes, 2 neutros. Um ano volvido e o cerco apertava-se. Embora mantivesse os mesmos 3 órgãos situacionistas, aumentara para 6 o número de títulos de simpatizantes, 2 vindos da categoria de neutros e 2 da categoria de anti-situacionistas. Não se optara por qualquer suspensão, a categoria dos anti-situacionistas perdia 2 jornais para a categoria dos simpatizantes, podendo contar com 5 órgãos a funcionar.

No Distrito de Lisboa, excluía-se à partida as publicações diárias e literárias, o que permite considerar que o espaço de implantação desta imprensa estava aqui mais saturado do que em qualquer outro distrito. No que nos interessa, o Estado Novo gozava já, em Dezembro de 1933, de uma situação favorável: em 12 jornais apenas 3 enfileiravam no anti-situacionismo. O regime contava com 4 órgãos situacionistas, 1 simpatizante e 4 neutros. No ano seguinte, o regime fazia progredir a sua influência: dobra os títulos da classe situacionista (com 3 novos órgãos e 1 ganho à classificação de simpatizantes) surgem 2 novos jornais simpatizantes, e os neutros decrescem para os 2 títulos (2 outros são suspensos). Em contrapartida, Lisboa é uma excepção no que respeita ao campo da imprensa anti-situacionista, não só não perde nenhum título como ganha 1.

Três ligeiras nuances podem ser integradas neste grupo de distritos que encerra um procedimento mais discreto e prudente. Coimbra, que assiste a um esvaziar mais acentuado do seu bloco anti-situacionista, embora com recurso, saliente-se, a apenas duas suspensões. Braga por, em contrapartida, apresentar o quadro mais estável de todos os distritos. Viseu, por não apresentar à partida uma situação desfavorável ao regime e nem por isso deixar de gozar da cautela deste.

Era vigorosa a imprensa do distrito de Coimbra. Contabilizava 23 títulos, 13 enfileiravam no bloco favorável ao regime: 5 situacionistas, 5 simpatizantes e 3 neutros. Não gozava o regime aqui de uma situação confortável. Um ano de actuação dos seus organismos de controlo da imprensa permitiram modificar esta situação. Dos 24 títulos totalizados então, 19 eram já favoráveis ao regime. Embora na categoria de situacionistas se mantivessem os mesmos 5, engrossara o número de jornais simpatizantes e neutros, o primeiro contabilizava agora 8 títulos (2 novos), o segundo 6 títulos (1 novo). Mas as maiores mexidas operaram-se no campo anti-situacionista, de 10 títulos passam a contar com 5, porém apenas 2 tinham sido suspensos, 2 outros tinham fugido para a categoria de neutros e 1 tornara-se simpatizante.

Singular é ainda o caso de Braga por registar o lugar mais baixo na escala de modificações ocorridas, neste ano de 1934, na imprensa local portuguesa. Em Dezembro de 1933, apresentava uma vigorosa imprensa regional, contabilizava 19 títulos, apenas 5 eram classificados como anti-situacionistas, os restantes distribuíam-se da seguinte forma: 2 situacionistas, 6 simpatizantes, 6 neutros. Um ano mais tarde permanecia tudo na mesma, excepto a transferência de um jornal neutro para a categoria de situacionista.

O Distrito de Viseu, por seu lado, em Dezembro de 1933 dispunha de 14 órgãos locais. A imprensa desafecta ao regime estava em desvantagem em número de títulos, possuía apenas 5 jornais. Contudo, como salienta o relator do Documento A, possuía o mais influente jornal da capital do distrito. Por seu lado, os situacionistas possuíam apenas 3 títulos, podendo contar ainda com 4 simpatizantes e 2 neutros. Neste distrito, as mudanças ocorridas são quase imperceptíveis. A cautela impera mais uma vez. A categoria anti-situacionista perde um título, porém o jornal *Distrito de Viseu* mantém a sua publicação regular. O bloco favorável ao regime permanece com 9 títulos, embora ocorram ligeiras modificações: os neutros passam de 2 para 1 título, os

simpatizantes de 4 para 5 títulos (com o ingresso de um neutro), os situacionistas vêem suspender um órgão que é substituído por outro.

Em contrapartida a esta branda intervenção, podemos detectar uma atitude política face à imprensa de província substancialmente diferente. O Estado Novo parece entender que o cerco ideológico poderia ser ganho com maior rapidez, eficácia, onde o regime gozasse já de uma situação prévia francamente favorável e a imprensa regional vivesse em maior isolamento, apertada num pequeno número de títulos, dispersos por alguns concelhos. Aí, o cerco à imprensa oposicionista pode significar medidas mais duras, pontuais. O que, atenção, em ambiente mediático de escassez de títulos pode ganhar relevo. O bloco favorável ao regime tende a assaltar (recebendo títulos até aqui classificados como anti-situacionistas), a isolar ou mesmo a decapitar a imprensa inimiga.

Absolutamente «livres» da imprensa oposicionista encontrar-se-iam, no final de 1934, os distritos de Leiria e Santarém.

Em Leiria, em Dezembro de 1933, contavam-se apenas 10 jornais locais, 8 enfileiravam no bloco favorável ao Estado Novo (2 situacionistas, 3 simpatizantes, 3 neutros). No ano seguinte, tinham sido suspensos os dois jornais da oposição, e o regime podia contar com a totalidade da imprensa local. Embora mantivesse 2 órgãos situacionistas, melhorara a sua situação na categoria dos simpatizantes, que somavam agora 5 títulos (ganhando 2 títulos aos neutros), apenas 1 jornal permanecia neutro.

Santarém assemelhava-se a este quadro. Em Dezembro de 1933, somava 12 títulos, apenas 1 oposicionista. O bloco favorável ao regime distribuía-se, nesse ano, da seguinte forma: 1 situacionista, 5 simpatizantes e 5 neutros. No final de 1934 já nenhum órgão de imprensa escrita fazia oposição ao regime. Também já só restava um neutro, a categoria dos simpatizantes contabilizava 8 títulos, 2 deles ganhos aos neutros e outro à imprensa anti-situacionista.

Já nos distritos de Castelo Branco, Faro, Vila Real e Guarda, a imprensa classificada como anti-situacionista é encurralada mas persiste em condições de grande adversidade.

No distrito de Castelo Branco, em Dezembro de 1933, o Estado Novo contava a seu favor com 8 títulos favoráveis: 3 situacionistas, 2 simpatizantes, 3 neutros. A oposição assegurava apenas 1 título. Um ano depois, o regime consolidava a sua já satisfatória posição: 5 títulos situacionistas (criara 2 novos órgãos); 1 simpatizante (1 título tinha sido suspenso), 1 neutro (2 títulos tinham sido suspensos). Na classificação dos jornais anti-situacionistas mantinha-se porém o mesmo título.

O distrito de Faro apresentava também, em Dezembro de 1933, uma feição favorável ao regime, dos 10 órgãos que possuía, apenas 2 eram anti-situacionistas. Contudo, este distrito não possuía nenhum órgão declaradamente situacionista, e apenas 3 eram simpatizantes, o grosso dos seus jornais eram neutros, 5. Um ano volvido e o regime dominava por completo: 2 jornais situacionistas (1 novo e outro vindo da categoria dos simpatizantes), 3 simpatizantes (ganhara um neutro) e 4 neutros (1 publicação suspensa, ganhara 1 à categoria de anti-situacionistas). Na categoria anti-situacionista restava 1 órgão rodeado por 9 favoráveis ao regime.

No distrito de Vila Real o cerco ideológico do regime também se faz sem grandes problemas. Em Dezembro de 1933, o distrito possuía 8 títulos, 2 oposicionistas e 6 enfileirados no bloco favorável ao regime (2 situacionistas, 2 simpatizantes, 2 neutros). Em Dezembro do ano seguinte este boloco veria engrossar os jornais simpatizantes que passaram a 5 (ganhara 1 aos anti-situacionistas, outro aos neutros, e vira surgir um novo título). Apenas 1 jornal se mantinha, ao que parece, no campo político contrário ao Estado Novo, rodeado por 8 jornais favoráveis ao regime.

No distrito interior da Guarda a situação é semelhante. Em Dezembro de 1933 contava a região com 11 jornais, 7 eram já favoráveis ao regime (2 situacionistas, 3 simpatizantes, 2 neutros). Este bloco permanece quase inalterado, em Dezembro de 1934. Apenas a categoria dos neutros ganha um título da categoria anti-situacionista. Será o campo inimigo aliás aquele que sofre mais transformações. De 4 passa para 1 título (2 dos seus órgãos são suspensos e um outro neutraliza-se) rodeado por 8 favoráveis ao regime.

Setúbal apresenta também, em Dezembro de 1933, uma situação favorável ao regime. Dos 15 jornais que se publicam, nesse ano, apenas 4 enfileiram na classe anti-situacionista, os restantes distribuem-se da seguinte forma no campo favorável ao regime: 2 órgãos situacionistas, 6 simpatizantes e 3 neutros. Consolida-se aqui, mais uma vez, o bloco pró-regime, os jornais classificados como situacionistas passam a 5 (embora 1 dos jornais anteriormente classificados como situacionista passe à categoria de simpatizante), os simpatizantes mantêm os 5 títulos (apesar de 1 título ter sido suspenso, 1 outro passar a neutro, acolhe agora 1 jornal antes classificado de anti-situacionista). Na classe dos neutros também ocorrem modificações, 2 títulos são suspensos, mas surgem 2 outros nesta classe, 1 que vem da categoria dos simpatizantes, outro da anti-situacionista. E é aqui, de facto, que as coisas se alteram completamente, de 4 passam a 1 título, novo por sinal (2 transferiram-se, como vimos, e outros 2 foram suspensos).

Duas nuances podem também ser encontradas neste procedimento mais vivaz do regime, ocorrem nos distritos de Évora e Portalegre, onde a situação em 1933 está para o regime enfraquecida, na mão de uma maioria de jornais neutros e, um ano depois, se encontra quase dominada pela propaganda do Estado Novo, num cerco apertado.

Em Évora, em Dezembro de 1933, o regime não tem uma situação confortável, não conta com nenhum título na categoria situacionista, muito embora a região administrativa possua apenas um título catalogado como anti-situacionista, os neutros dominam com 7 títulos, seguidos dos simpatizantes com 3. Um ano volvido, e o regime já criara 2 títulos novos, os simpatizantes viam ascender o seu número a 8 títulos (4 ganhos à categoria dos neutros e um novo), os neutros já só possuíam 2 títulos e a imprensa anti-situacionista apresentava a singularidade de ver surgir novo título.

Portalegre assemelha-se a este último distrito, muito embora o seu movimento de transferências seja dos mais complexos. Em Dezembro de 1933, não possui também nenhum órgão que possa ser colocado na categoria de jornal situacionista. No entanto, conta com 2 jornais simpatizantes e 8 neutros (10 títulos favoráveis ao regime). A imprensa oposicionista soma apenas dois títulos. Em Dezembro de 1934, o Estado Novo assegurava já aqui sem problemas uma posição dominante, tem agora 3 títulos classificados como situacionistas, criara 1 novo órgão, ganhara 1 da categoria dos neutros. Nos jornais simpatizantes o movimento de títulos parece entrar em rodópio. Por um lado, os dois títulos que, no ano anterior, enfileiravam nesta categoria já não estão aqui representados, um passara a situacionista, o outro a anti-situacionista (caso interessante certamente para quem queira estudar a complexidade dos reduto de resistência nesta época). Contudo, esta categoria gozava agora de 3 títulos, todos eles oriundos da classificação de neutros. Os neutros reduziam o seu número de títulos para 4, mas curiosamente um dos órgãos que antes aqui enfileirava, era agora classificado de anti-situacionista. Mas estava só, porque os dois órgãos anti-situacionistas existentes anteriormente tinham sido suspensos.

Mais excêntricos, ainda, encontramos os distritos de Bragança e Beja.

Os dois primeiros, encontram-se entre os distritos menos populosos, rurais e isolados do país e apresentam um cenário desfavorável ao regime. O modo de actuação do Estado Novo face a estes

é bem distinto. Se muda radicalmente o panorama mediático de Bragança, transforma parcialmente o cenário em Beja.

O distrito de Bragança é um caso singular que poderá, eventualmente num futuro estudo, ajudar a especificar, talvez melhor que qualquer outro dos casos aqui descritos, as relações que o isolamento, a ruralidade o analfabetismo e, muito possivelmente, a cultura política estabelecem com a actuação do regime. Nesta região encontramos implantados apenas dois jornais, em Dezembro de 1933, um neutro e outro anti-situacionista. Um ano volvido e o regime já conseguira inverter, aliás de forma irrepetível, a situação desfavorável que aqui gozava. O jornal neutro passará a simpatizante, o anti-situacionista a situacionista, tendo mesmo sido criado 1 novo jornal situacionista.

Beja contava, em Dezembro de 1933, com 8 jornais, porém 5 eram classificados na categoria de anti-situacionistas, não possuía nenhum órgão situacionista, só 1 simpatizante, e 2 neutros. Um ano mais tarde a actuação do SPN e da DSC permitia ver alterada esta situação, sem o radicalismo de Bragança nem a cautela de Aveiro, parecendo buscar-se o compromisso mínimo possível, que estas «terras, por tradição interventivas politicamente, exigiam». Em Dezembro de 1934 possuía um novo órgão situacionista, 2 simpatizantes (1 ganho aos neutros), 2 neutros (1 ganho à oposição). A imprensa anti-situacionista assistira ao encerramento de 3 dos seus órgãos, mas criara um novo.

Era com enorme animação que o redactor chefe do Documento B, Silva Dias, descrevia o resultado da acuação do SPN no ano de 1934: «a modificação principal da imprensa de província, aquela que nós tentámos com maior entusiasmo, diz respeito à valorização, da imprensa situacionista, à sua qualidade, aos objectivos superiores que a norteiam e à forma elevada como nela têm sido tratados os diferentes assuntos (...). Conseguimos, em 11 meses de trabalho, modificar inteiramente o tom da imprensa de província (...). O que já se obteve é incentivo para prosseguirmos na nossa tarefa com o fim de alcançarmos o óptimo possível». Essa mudança afirmava não podia «atribuí-la unicamente à acção do SPN porque em grande parte depende da influência exercida pela magnífica política do governo de Salazar». Esquecia-se porém de agradecer, quer aos Serviços de Censura, quer ao contexto altamente favorável em que actuava.

O relator lastima não poder aprofundar qualitativamente os dados recolhidos («só pudemos conseguir (sic) neste relatório tornar evidente a modificação que a imprensa de província sofreu sob o ponto de vista quantitativo»). Se nos detivermos nos balanços que o relator do Documento A realiza, em vários concelhos do país, apercebemo-nos da importância que assume esta lacuna documental. Veja-se a propósito o que este Documento nos diz sobre a imprensa de Gouveia, no distrito da Guarda («a imprensa situacionista prevalece duma maneira fraca»), de Melgaço e Ponte da Barca, no Distrito de Viana do Castelo (a imprensa anti-situacionista domina, sem importância), ou sobre Viseu («Na cidade de Viseu prevalece a imprensa anti-situacionista com o jornal de Marques Loureiro»). Na verdade, para além da mera contabilidade de títulos favoráveis ao Estado Novo seria verdadeiramente importante compreender as implicações que as transformações operadas tiveram no espaço ocupado pela imprensa de «província». E saliente-se, por exemplo, o impacto junto dos leitores dos títulos sujeitos a mudanças de orientação política. Como é que os públicos portugueses reagiram a este cerco ideológico que foi limitando a capacidade da imprensa servir a discussão política?

Apesar destas e outras interrogações ficarem forçosamente, por ora, sem resposta, pensamos estar em condições de poder lançar a hipótese de que a instauração de uma nova política de informação pelo Estado Novo, junto da imprensa de província foi de início um processo prudente e

gradual, tendencialmente planificado, que lidou com diferenças regionais assinaláveis e pôde contar a seu favor com jornais de influência local circunscrita.

Quadro I

Caracterização Imprensa de Província por distritos com base Documento A e B

Aveiro						
	Situacionistas	Simpatizantes	Neutros	Total B.F.R.	Anti-situacionistas	Total Geral
Nº jornais em Dez. 1933	4	9	6	19	16	35
Nº jornais em Dez. 1934	10	9	4	23	13	36
Novos	2	0	0	2	1	3
Transferidos	0	3	2	5	2	7
Suspensos	0	0	0	0	2	2
Apreciações						
Doc. A	«faz falta um jornal declaradamente situacionista» na cidade; Espinho e Murtosa: «predomina em absoluto a imprensa da situação» Anadia e Oliveira do Bairro: «predomina intensamente a imprensa anti-situacionista com jornais perigosos» Feira e Ílhavo: «predomina a imprensa anti-situacionista» Albergaria, Águeda e Oliveira de Azeméis: «Dois campos equilibram-se»					
Recomendações						
Doc. A	Quanto à cidade deve: «aproveitar-se para a propaganda das ideias e factos da Situação o jornal «Democrata» que já apresenta fortes tendências situacionistas e tem uma tiragem de 1150 exemplares» ; em Vila Nova da Feira apesar de predominar a imprensa anti-situacionista «podemos pô-la em cheque fortificando intelectualmente o jornal «Tradição»; Ílhavo é necessário: «tentar aproveitar o jornal Ilhavenense», Albergaria-a-Velha «fortalecer posição no Jornal de Albergaria»; Arouca e Oliveira de Azeméis «aproveitar valorizando-a, a boa vontade dos jornais situacionistas «Defesa de Arouca» e «Opinião». «talvez se consiga levar um dos importantes jornais de Faro o “Algarve” ou o “Correio do Sul” a fazer propaganda metódica e inteligente que é preciso fazer»					– Distrito de Aveiro: Anadia, «Ideia Livre» é comunista; a Censura «deve intervir para fiscalizar com cuidado o jornal comunista Beira Mar»
Beja						
	Situacionistas	Simpatizantes	Neutros	Total B.F.R.	Anti-situacionistas	Total Geral
Nº jornais em Dez. 1933	0	1	2	3	5	8
Nº jornais em Dez. 1934	1	2	2	5	3	8
Novos	1	0	0	1	1	2
Transferidos	0	0	1	1	1	2
Suspensos	0	0	0	0	2	2
Apreciações						
Doc. A	«Não há em todo o distrito de Beja um jornal fazendo a propaganda dos princípios e das obras do Estado Novo» «Para fazer frente a tanto jornal anti-situacionista(...)»					
Recomendações						
Doc. A						«no distrito existem dois jornais extremamente perigosos que convém vigiar ou suprimir “O Porvir” e “Ala Esquerda” (...) defendem ideias absurdas e anti-naturais»

Braga						
	Situacionistas	Simpatizantes	Neutros	Total B.F.R.	Anti-situacionistas	Total Geral
Nº jornais em Dez. 1933	2	6	6	14	5	19
Nº jornais em Dez. 1934	3	6	5	14	5	19
Novos	0	0	0	0	0	0
Transferidos	0	0	1	1	0	0
Suspensos	0	0	0	0	0	0
Apreciações						
Doc. A	«na cidade não há imprensa alguma» Mirandela: «Há um jornal Correio de Mirandela com formato pequeno, mal colaborado, anti-situacionista com as deficiências e Baixeiras de todos os jornais dirigidos e colaborados por pessoas incultas na razão directa das paixões e ódios em que vivem enrolados. Há um outro jornal independente, sem importância “notícias de Mirandela”. O Anuário Comercial refere-se a um jornal o Imparcial que não conhecemos»					
Recomendações						
Doc. A	«este distrito deve merecer da propaganda um cuidado especial»; Barcelos a imprensa situacionista: «basta orientá-la» Guimarães, «o Comércio de Guimarães poder-se-ia talvez aproveitar para fazer propaganda dos princípios do Estado Novo na região. É um jornal já lançado e conhecido no meio»; Fafe «valorizar a acção de propaganda no jornal situacionista (...) deve dar-se ao jornal da situação uma feição social pois o meio é muito fabril»					Fafe «impedir que os jornais adversos se sirvam de habilidades para atacar a situação»

Bragança						
	Situacionistas	Simpatizantes	Neutros	Total B.F.R.	Anti-situacionistas	Total Geral
Nº jornais em Dez. 1933	0	0	1	1	1	2
Nº jornais em Dez. 1934	2	1	0	3	0	3
Novos	1	0	0	1	0	1
Transferidos	0	0	1	1	1	2
Suspensos	0	0	0	0	0	0
Apreciações						
Doc. A	«na cidade não há imprensa alguma» Morandela: «Há um jornal Correio de Mirandela com formato pequeno, mal colaborado, anti-situacionista com as deficiências e Baixeiras de todos os jornais dirigidos e colaborados por pessoas incultas na razão directa das paixões e ódios em que vivem enrolados. Há um outro jornal independente, sem importância “notícias de Mirandela”. O Anuário Comercial refere-se a um jornal o Imparcial que não conhecemos»					
Recomendações						
Doc. A	«este distrito deve merecer da propaganda um cuidado especial»; Barcelos a imprensa situacionista: «basta orientá-la» Guimarães, «o Comércio de Guimarães poder-se-ia talvez aproveitar para fazer propaganda dos princípios do Estado Novo na região. É um jornal já lançado e conhecido no meio»; Fafe «valorizar a acção de propaganda no jornal situacionista (...) deve dar-se ao jornal da situação uma feição social pois o meio é muito fabril»					Fafe «impedir que os jornais adversos se sirvam de habilidades para atacar a situação»

O CERCO IDEOLÓGICO DO ESTADO NOVO À IMPRENSA...

Castelo Branco						
	Situacionistas	Simpatizantes	Neutros	Total B.F.R.	Anti-situacionistas	Total Geral
Nº jornais em Dez. 1933	3	2	3	8	1	9
Nº jornais em Dez. 1934	5	1	1	7	1	8
Novos	2	0	0	2	0	2
Transferidos	0	0	0	0	0	0
Suspensos	0	1	2	3	0	3
Apreciações						
Doc. A	«Nada se pode dizer de Castelo Branco porque não se conhecem os jornais que lá se publicam» Covilhã: «ponto vista político domina imprensa anti-situacionista» «Sobre o ponto de vista de propaganda social prevalecem os jornais católicos»					
Recomendações						
Doc. A	«Como é difícil influenciar politicamente os jornais católicos convinha pensar na publicação dum jornal da Situação com feição social defendendo o espírito e as realizações do Estado Novo junto das massas trabalhadoras da Covilhã.»					Covilhã: «domina imprensa anti-situacionista com o Raio. A acção deste jornal deve ser cuidadosamente fiscalizada pela Comissão de Censura, a sua linguagem deve ser corrigida e desfeitas as habilidades de que se serve (...).»

Coimbra						
	Situacionistas	Simpatizantes	Neutros	Total B.F.R.	Anti-situacionistas	Total Geral
Nº jornais em Dez. 1933	5	5	3	13	10	23
Nº jornais em Dez. 1934	5	8	6	19	5	24
Novos	0	2	1	3	0	3
Transferidos	0	0	0	0	3	3
Suspensos	0	0	0	0	2	2
Apreciações						
Doc. A	«Na cidade predomina (acidentalmente?) a imprensa da Situação. Não há um jornal declaradamente anti-situacionista com valor» Figueira da Foz: «predomina imprensa anti-situacionista «com a Voz da Justiça» Arganil e Tábua: «imprensa da situação domina plenamente» Cantanhede e Lousã: «Há equilíbrio entre as duas imprensas» Soure, Penacova e Mira: «imprensa anti-situacionista domina inteiramente sem oposição alguma»					
Recomendações						
Doc. A	Figueira da Foz: «devemos valorizar bastante “O Figueirense”»; Arganil: «deve valorizar-se ainda mais o jornal «Comarca de Arganil» Cantanhede e Lousã: «numa e noutra terra deve fortalecer-se a situação dos jornais situacionistas Gazeta de Cantanhede e Povo da Lousã»					Figueira da Foz: «Voz da Justiça» para equilibrar a acção nefasta deste jornal devemos valorizar bastante «O Figueirense».

Évora						
	Situacionistas	Simpatizantes	Neutros	Total B.F.R.	Anti-situacionistas	Total Geral
Nº jornais em Dez. 1933	0	3	7	10	1	11
Nº jornais em Dez. 1934	2	8	2	12	2	14
Novos	2	1	0	3	0	3
Transferidos	0	0	5	5	0	5
Suspensos	0	0	0	0	0	0
Apreciações						
Doc. A	«É desolador o estado da imprensa na província no referente à propaganda da Situação. Em Évora, cidade importante, não existe imprensa da Situação absolutamente nenhuma. A maior parte dos jornais do concelho são neutrais. O único jornal no distrito de Évora que se pode considerar simpatizante com a Situação é a Folha do Sul de Montemor-o-Novo. E mesmo esse não defende os princípios políticos e sociais do Estado Novo limitando-se a relatar os factos»					

Faro						
	Situacionistas	Simpatizantes	Neutros	Total B.F.R.	Anti-situacionistas	Total Geral
Nº jornais em Dez. 1933	0	3	5	8	2	10
Nº jornais em Dez. 1934	2	3	4	9	1	10
Novos	1	0	0	1	0	1
Transferidos	0	1	1	2	1	3
Suspensos	0	0	1	1	0	0
Apreciações						
Doc. A	«animador o aspecto da imprensa da província do Algarve (...). Embora não exista um jornal fazendo com método e entusiasmo a propaganda das ideias nacionalistas e corporativas, os principais jornais não são desafectos à situação e pelo menos reconhecem a grande obra realizada» «não há na província imprensa anti-situacionista»					
Recomendações						
Doc. A	«talvez se consiga levar um dos importantes jornais de Faro o “Algarve” ou o “Correio do Sul” a fazer propaganda metódica e inteligente que é preciso fazer»					

Guarda						
	Situacionistas	Simpatizantes	Neutros	Total B.F.R.	Anti-situacionistas	Total Geral
Nº jornais em Dez. 1933	2	3	2	7	4	11
Nº jornais em Dez. 1934	2	3	3	8	1	9
Novos	0	0	0	0	0	0
Transferidos	0	0	0	0	1	1
Suspensos	0	0	0	0	2	2
Apreciações						
Doc. A	«na cidade da Guarda a imprensa situacionista prevalece esplendidamente» «A imprensa anti-situacionista domina inteiramente nos concelhos de Almeida, Pinhel e Trancoso. Pelo contrário a imprensa situacionista prevalece numa maneira fraca em Gouveia e numa maneira forte em Vila Nova de Foz Côa»					
Recomendações						
Doc. A	«Basta ajudar para uma mais eficaz propaganda dos conceitos económicos e sociais do Estado Novo das vantagens morais e materiais das Casas do Povo e Sindicatos, o jornal da Situação”, Gouveia, “havia interesse em conseguir para a defesa franca da Situação um dos jornais de Gouveia dada a importância do meio”; Alcobaça, “é preciso fortalecer a posição do jornal” Ecos de Alcobaça»					

O CERCO IDEOLÓGICO DO ESTADO NOVO À IMPRENSA...

Leiria						
	Situacionistas	Simpatizantes	Neutros	Total B.F.R.	Anti-situacionistas	Total Geral
Nº jornais em Dez. 1933	2	3	3	8	2	10
Nº jornais em Dez. 1934	2	5	1	8	0	8
Novos	0	0	0	0	0	0
Transferidos	0	0	2	2	0	2
Suspensos	0	0	0	0	2	2
Apreciações						
Doc. A	«aspecto do distrito é bom para a situação porque a sua imprensa domina a cidade de Leiria e a imprensa anti-situacionista dos diferentes concelhos de pouco vale»					
Recomendações						
Doc. A						Alcobaça «é preciso (...) impedir que o jornal anti-situacionista continue a servir-se de processos de ataque que rebaixam os leitores e são factores de desassossego público pelas paixões que suscitam»

Lisboa						
	Situacionistas	Simpatizantes	Neutros	Total B.F.R.	Anti-situacionistas	Total Geral
Nº jornais em Dez. 1933	4	1	4	9	3	12
Nº jornais em Dez. 1934	8	2	2	12	4	16
Novos	3	1	0	4	1	5
Transferidos	0	1	1	2	0	2
Suspensos	0	0	1	1	0	1
Apreciações						
Doc. A	«o aspecto da imprensa de província no distrito de Lisboa é satisfatório para a Situação. <i>A existência de poucos jornais claramente situacionistas ou anti-situacionistas numa região tão populosa, explica-se pela penetração que nela têm os jornais da capital</i> »					

Portalegre						
	Situacionistas	Simpatizantes	Neutros	Total B.F.R.	Anti-situacionistas	Total Geral
Nº jornais em Dez. 1933	0	2	8	10	2	12
Nº jornais em Dez. 1934	3	3	4	10	1	11
Novos	1	0	0	1	0	1
Transferidos	0	2	5	7	0	7
Suspensos	0	0	0	0	2	2
Apreciações						
Doc. A	«Faz falta em Portalegre um jornal da Situação que destrua o efeito deletério da Rabeca. Não seria possível utilizar para isso o Voz de Portalegre? Em Elvas segundo se anuncia vai ser publicado um jornal da Situação. Nos restantes 10 concelhos não há imprensa de qualquer natureza» (curioso Rabeca não ser afastada)					
Recomendações						
Doc. A	«faz falta em Portalegre um jornal da Situação que destrua o efeito deletério da Rabeca. Não seria possível utilizar para isso o Voz de Portalegre?. Em Elvas segundo se anuncia vai ser publicado um jornal da Situação»					

Porto						
	Situacionistas	Simpatizantes	Neutros	Total B.F.R.	Anti-situacionistas	Total Geral
Nº jornais em Dez. 1933	6	4	5	15	10	25
Nº jornais em Dez. 1934	7	6	3	16	9	25
Novos	1	0	0	1	0	1
Transferidos	0	1	3	4	1	5
Suspensos	1	0	0	1	0	1
Apreciações						
Doc. A	«No distrito do Porto, nos centros mais importantes, em Penafiel, Póvoa do Varzim e Vila do Conde predomina a imprensa anti-situacionista. Em Penafiel os jornais da situação de pouco valem e estão em condições de inferioridade perante os jornais adversários da Situação (...). O caso da falta de um jornal bom da situação em Vila do Conde e na Póvoa do Varzim faz-se sentir(...). A imprensa da Situação domina inteiramente em Marco de Canavezes, Santo Tirso, Paredes, Vila Nova de Gaia e Felgueiras. Em Gondomar não há imprensa propriamente da Situação»					
Recomendações						
Doc. A	Penafiel: «nesta cidade tem de intervir a Censura para que os jornais apresentem uma outra linguagem mais própria da sua função de orientadores da opinião pública»					

Santarém						
	Situacionistas	Simpatizantes	Neutros	Total B.F.R.	Anti-situacionistas	Total Geral
Nº jornais em Dez. 1933	1	5	5	11	1	12
Nº jornais em Dez. 1934	1	8	1	10	0	10
Novos	0	0	0	0	0	0
Transferidos	0	0	2	2	1	3
Suspensos	0	0	2	2	0	2
Apreciações						
Doc. A	«exceptuando Abrantes não há no distrito um jornal que faça francamente a propaganda dos princípios do Estado Novo. Essa falta faz-se sentir principalmente na cidade de Santarém. Também não há imprensa claramente anti-situacionista em todo o distrito. Será devido à proximidade de Lisboa e do facto de em Santarém receberam os jornais horas depois de aparecerem na capital que se nota no distrito, uma falta de imprensa propriamente política? Em Coruche, Ferreira do Zézere, Vila Nova de Ourém ainda existem uns jornais que se referem à obra da Ditadura e que nesse campo podem ser aproveitados»					
Recomendações						
Doc. A	«em Coruche, Ferreira do Zézere e Vila Nova de Ourém ainda existem uns jornais que se referem à obra da Ditadura e que nesse campo podem ser aproveitados. Talvez se consiga por notas de propaganda fornecidas que eles se refiram aos princípios e objectivos do Estado Novo»					

O CERCO IDEOLÓGICO DO ESTADO NOVO À IMPRENSA...

Setúbal						
	Situacionistas	Simpatizantes	Neutros	Total B.F.R.	Anti-situacionistas	Total Geral
Nº jornais em Dez. 1933	2	6	3	11	4	15
Nº jornais em Dez. 1934	1	5	3	9	1	10
Novos	0	0	0	0	0	0
Transferidos	0	0	0	0	0	0
Suspensos	0	0	0	0	0	0
Apreciações						
Doc. A	«Na cidade não existe imprensa de valor, francamente situacionista. Pelo contrário, dada a fingida neutralidade do Setubalense e a agressividade anti-situacionista do semanário Vitória predomina a imprensa anti-situacionista. (...) Em Alcácer do Sal e Seixal prevalece a imprensa situacionista. Em Sezimbra e Almada predomina a imprensa desafecta à situação e em Almada numa maneira escandalosa»					
Recomendações						
Doc. A	«Talvez se possa modificar em parte a atitude do diário da noite e reforçar fortemente a acção de propaganda do semanário Sado, fornecendo-lhe elementos necessários para tornar mais eficaz a sua função. Também se pode aproveitar para o mesmo fim a boa vontade do semanário Eco de Setúbal. Como meio industrial importante é preciso pensar a sério na criação ou utilização de qualquer jornal para a propaganda dos princípios sociais do Estado Novo.»					

Viana do Castelo						
	Situacionistas	Simpatizantes	Neutros	Total B.F.R.	Anti-situacionistas	Total Geral
Nº jornais em Dez. 1933	3	2	2	7	7	14
Nº jornais em Dez. 1934	3	6	0	9	5	14
Novos	0	0	0	0	0	0
Transferidos	0	0	2	2	2	4
Suspensos	0	0	0	0	0	0
Apreciações						
Doc. A	«No distrito de Viana tem a situação um órgão importante que é o Notícias de Viana, que domina plenamente na cidade. Em Arcos de Valdevez o jornal da situação tem condições para se impor na região e contrabalançar a influência dos jornais anti-situacionistas. A imprensa anti-situacionista domina, sem importância, em Melgaço e Ponte da Barca. No distrito basta meter na ordem os jornais A Voz do Minho de Arcos de Valdevez e a Plebe, de Valença, obrigando-os a servir-se de processos mais dignos da sua função jornalística. Nota – Há no distrito de Viana mais dois jornais: O Courense de Paredes de Coura, jornal de formato reduzido sem valor algum. A Terra Minhota de Monsão, com formato reduzido, regionalista, sem valor político»					
Recomendações						
Doc. A	«no distrito basta meter na ordem os jornais A Voz do Minho de Arcos de Valdevez e a Plebe, de Valença, obrigando-os a servir-se de processos mais dignos da sua função jornalística»					

Vila Real						
	Situacionistas	Simpatizantes	Neutros	Total B.F.R.	Anti-situacionistas	Total Geral
Nº jornais em Dez. 1933	2	2	2	6	2	8
Nº jornais em Dez. 1934	2	5	1	8	1	9
Novos	0	1	0	1	0	1
Transferidos	0	0	1	1	1	2
Suspensos	0	0	0	0	0	0
Apreciações						
Doc. A	«O aspecto do distrito no referente à imprensa situacionista não é mau. A imprensa anti-situacionista não prevalece em nenhum concelho.»					
Recomendações						
Doc. A	«Para tornar mais forte e mais eficaz a imprensa da Situação em Vila Real basta identificar a acção do jornal Era Nova e aproveitar, se possível fosse, para o mesmo fim o Vilarealense. Em Chaves basta, também, fortalecer a posição do jornal da Situação Era Nova»					

Viseu						
	Situacionistas	Simpatizantes	Neutros	Total B.F.R.	Anti-situacionistas	Total Geral
Nº jornais em Dez. 1933	3	4	2	9	5	14
Nº jornais em Dez. 1934	3	5	1	9	4	13
Novos	1	0	0	1	0	1
Transferidos	0	0	1	1	0	1
Suspensos	1	0	0	1	1	2
Apreciações						
Doc. A	«Na cidade de Viseu prevalece a imprensa anti-situacionista com o jornal de Marques Loureiro. Como Viseu é um meio importante com muitas freguesias rurais é necessário(...). Em Lamego predomina a imprensa da Situação pois a contrária pouco valor tem. Em Mangualde a posição da imprensa da Situação é óptima. O Mesmo acontece em Santa Comba Dão. Em Tondela é preciso(...).»					
Recomendações						
Doc. A	«Como Viseu é um meio importante com muitas freguesias rurais é necessário que os vários amigos com que a Situação conta aí, assim como alguns valores pensem na criação dum jornal para a defesa clara e forte dos princípios do Estado Novo, o jornal católico é inamovível. (...). Em Tondela é preciso fortalecer o órgão da Situação Folha de Tondela assim como interessar todos os jornais do distrito na propaganda dos objectivos e realizações sociais do Estado Novo. Nota-se a falta de propaganda em todos os jornais do Distrito»					

B.F.R.: Bloco Favorável ao Regime

Fonte: «Relatório Sobre o Estado Actual da Imprensa da Província (1 de Janeiro de 1934)» e «Imprensa de Província, Relatório Referente ao Ano de 1934» in *A Política de Informação no Regime Fascista*, Presidência do Conselho de Ministros, Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo, Lisboa, 1980, pp. 56-72; Arquivo do Secretariado de Propaganda Nacional, Armazém do Pendão, em Queluz.

Quadro II

Jornais de «provincia» suspensos e criados no ano de 1934, por distritos

	SUSPENSOS					NOVOS				
	Situa- cionista	Simpa- tizante	Neutro	Anti- situacionista	Total	Situa- cionista	Simpa- tizante	Neutro	Anti- situacionista	Total
Aveiro	0	0	0	2	2	2	0	0	1	3
Beja	0	0	0	2	2	1	0	0	1	2
Braga	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bragança	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Castelo Branco	0	1	2	0	3	2	0	0	0	2
Coimbra	0	0	0	2	2	0	2	1	0	3
Évora	0	0	0	0	0	2	1	0	0	3
Faro	0	0	1	0	1	1	0	0	0	1
Guarda	0	0	0	2	2	0	0	0	0	0
Leiria	0	0	0	2	2	0	0	0	0	0
Lisboa	0	0	1	0	1	3	1	0	1	5
Portalegre	0	0	0	2	2	1	0	0	0	1
Porto	1	0	0	0	1	1	0	0	0	1
Santarém	0	0	2	0	2	0	0	0	0	0
Setúbal	1	2	2	2	7	1	0	0	1	2
Viana do Castelo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vila Real	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Viseu	1	0	0	1	2	1	0	0	0	1
Total Nacional	3	3	8	15	29	16	5	1	4	26

Fonte: «Imprensa de Província, Relatório Referente ao Ano de 1934» in *A Política de Informação no Regime Fascista*, Presidência do Conselho de Ministros, Comissão Livro Negro sobre o Fascismo, Lisboa, 1980, pp. 64-72; Arquivo do Secretariado de Propaganda Nacional, Armazém do Pendão, em Queluz.

Quadro III

Transferências de classificação política dos títulos de jornais de «provincia», segundo SPN, por distritos, ano 1934

	TRANSFERÊNCIAS												Total de Transferências Favoráveis ao Regime	
	Situacionista ▶ Simpatizante	Situacionista ▶ Neutro	Situacionista ▶ Anti-situacionista	Simpatizante ▶ Situacionista	Simpatizante ▶ Neutro	Simpatizante ▶ Anti-situacionista	Neutro ▶ Situacionista	Neutro ▶ Simpatizante	Neutro ▶ Anti-situacionista	Anti-situacionista ▶ Situacionista	Anti-situacionista ▶ Simpatizante	Anti-situacionista ▶ Neutro		Total de Transferências
Aveiro	0	0	0	3	0	0	0	2	0	1	1	0	7	7
Beja	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	2	2
Braga	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1
Bragança	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	2	2
Castelo Branco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Coimbra	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	3	3
Évora	0	0	0	0	0	0	0	4	1	0	0	0	5	4
Faro	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	3	3
Guarda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
Leiria	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2	2
Lisboa	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	2	2
Portalegre	0	0	0	1	1	0	1	3	1	0	0	0	7	5
Porto	0	0	0	1	0	0	0	3	0	0	0	1	5	5
Santarém	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	1	0	3	3
Setúbal	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	4	2
Viana do Castelo	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2	0	4	4
Vila Real	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	2	2
Viseu	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1
Total Nacional	1	0	0	7	2	0	2	24	2	2	7	7	54	49

Fonte: «Imprensa de Provincia, Relatório Referente ao Ano de 1934» in *A Política de Informação no Regime Fascista*, Presidência do Conselho de Ministros, Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo, Lisboa, 1980, pp. 64-72; Arquivo do Secretariado de Propaganda Nacional, Armazém do Pendão, em Queluz.

Quadro IV

Número de títulos e classificação política dos jornais de «provincia», por distrito

	Dez. 1933					Dez. 1934				
	Situa- cionista	Simpa- tizante	Neutro	Anti- situacionista	Total	Situa- cionista	Simpa- tizante	Neutro	Anti- situacionista	Total
Aveiro	4	9	6	16	35	10	9	4	13	36
Beja	0	1	2	5	8	1	2	2	3	8
Braga	2	6	6	5	19	3	6	5	5	19
Bragança	0	0	1	1	2	2	1	0	0	3
Castelo Branco	3	2	3	1	9	5	1	1	1	8
Coimbra	5	5	3	10	23	5	8	6	5	24
Évora	0	3	7	1	11	2	8	2	2	14
Faro	0	3	5	2	10	2	3	4	1	10
Guarda	2	3	2	4	11	2	3	3	1	9
Leiria	2	3	3	2	10	2	5	1	0	8
Lisboa	4	1	4	3	12	8	2	2	4	16
Portalegre	0	2	8	2	12	3	3	4	1	11
Porto	6	4	5	10	25	7	6	3	9	25
Santarém	1	5	5	1	12	1	8	1	0	10
Setúbal	2	6	3	4	15	1	5	3	1	10
Viana do Castelo	3	2	2	7	14	3	6	0	5	14
Vila Real	2	2	2	2	8	2	5	1	1	9
Viseu	3	4	2	5	14	3	5	1	4	13
Total Nacional	39	61	69	81	250	62	86	43	56	247

Fonte: «Imprensa de Província, Relatório Referente ao Ano de 1934» in *A Política de Informação no Regime Fascista*, Presidência do Conselho de Ministros, Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo, Lisboa, 1980, pp. 64-72; Arquivo do Secretariado de Propaganda Nacional, Armazém do Pendão, em Queluz.

Quadro V

Nº habitantes e total de jornais, por distrito

Distritos	Nº habitantes 1940 ^(a)	Total jornais 1933 ^(b)
Porto (S/ cidade)	675.979	25
Braga	482.914	19
Aveiro	429.870	35
Santarém	421.996	12
Coimbra	416.677	23
Lisboa	360.924	12
Leiria	353.675	10
Faro	317.628	10
Castelo Branco	299.670	9
Guarda	294.166	11
Vila Real	289.114	8
Beja	275.441	8
Setúbal	268.884	15
Viana do Castelo	258.596	14
Bragança	213.233	2
Évora	207.972	11
Portalegre	186.373	12

Fonte: (a) Ana Bela Ferreira Macias Nunes, *A Rede Urbana Portuguesa e o Moderno Crescimento Económico*, Estudo apresentado no Instituto Superior de economia da Universidade Técnica de Lisboa para as provas complementares de doutoramento em Economia, Lisboa, 1989.
 (b) «Relatório Sobre o Estado Actual da Imprensa da Província (1 de Janeiro de 1934)» in *A Política de Informação no Regime Fascista*, Presidência do Conselho de Ministros, Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo, Lisboa, 1980, pp. 56-72; Arquivo do Secretariado de Propaganda Nacional, Armazém do Pendão, em Queluz.

Quadro VI

Lista de títulos, por distrito e classificação política, 1933-34

Distrito de Aveiro	
Em Dez.º 1933	Em Dez.º 1934
Jornais Situacionistas	
Soberania do Povo	Soberania do Povo
Defeza de Arouca	Defeza de Arouca
Tradição	Tradição
Opinião	Opinião
	Acção Nacional
	Concelho da Murtosa
	Ilhavense
	O Democrata
	Gazeta de Arouca
	Política Nova
Jornais Simpatizantes	
O Jornal de Espinho	O Jornal de Espinho
Correio do Vouga	Correio do Vouga
O Democrata	Jornal de Albergaria
Jornal de Albergaria	Defeza de Espinho
Defeza de Espinho	O Progresso da Murtosa
Ilhavense	Bairrada Elegante
Concelho da Murtosa	O Regional
O Progresso da Murtosa	O Povo de Pardilhó
Bairrada Elegante	Correio da Feira
Jornais Neutros	
O Nauta	O Nauta
Jornal de Estarreja	Jornal de Estarreja
Jornal de Cambra	Jornal de Cambra
O Regional	O Arrifanense
O Povo de Pardilhó	
O Arrifanense	
Jornais Anti-Situacionistas	
O Debate	O Povo de Aveiro
O Povo de Aveiro	Ecos de Cacia
Ecos de Cacia	Jornal de Cacia
Jornal de Cacia	O Povo de Ovar
O Povo de Ovar	Águeda
Águeda	Independência de Águeda
Independência de Águeda	A Gazeta de Albergaria ²⁴
A Gazeta de Albergaria	A Idea Livre
A Idea Livre	Democrata Feirense
Gazeta de Arouca	Jornal de Ilhavo
Beira Mar	O Correio de Azeméis
Democrata Feirense	Alma Popular
O Correio de Azeméis	Voz do Povo
Alma Popular	
A Voz do Povo	
Correio da Feira	

(Cont.)

²⁴ Este jornal aparece no documento referenciado como A Gazeta nesta coluna, mas de acordo com o Quadro Síntese deste Documento B parece tratar-se da Gazeta de Albergaria.

O CERCO IDEOLÓGICO DO ESTADO NOVO À IMPRENSA...

Distrito de Beja	
Em Dez. ^o 1933	Em Dez. ^o 1934
Jornais Situacionistas	
	Estado Novo
Jornais Simpatizantes	
Notícias de Beja	Notícias de Beja
	Jornal de Moura
Jornais Neutros	
Jornal de Moura	A Província
A Província	Ecos do Guadiana
Jornais Anti-Situacionistas	
Diário do Alentejo	Diário do Alentejo
O Porvir	A Ala Esquerda
O Bejense	O Distrito de Beja
Ecos do Guadiana	
A Ala Esquerda	
Distrito de Braga	
Em Dez. ^o . 1933	Em Dez. ^o . 1934
Jornais Situacionistas	
Notícias de Barcelos	Notícias de Barcelos
A Voz de Fafe	A Voz de fafe
	Correio do Minho
Jornais Simpatizantes	
Diário do Minho	Diário do Minho
Barcelense	Barcelense
Jornal de Cabeceiras	Jornal de Cabeceiras
O Espozendense	O Espozendense
Comércio de Guimarães	Comércio de Guimarães
Póvoa de Lanhoso	Póvoa de Lanhoso
Jornais Neutros	
Correio do Minho	Notícias de fafe
Notícias de Fafe	Notícias de Guimarães
Notícias de Guimarães	Comércio de vieira
Comércio de Vieira	Estrela do Minho
Estrela do Minho	Folha de Vila Verde
Folha de Vila Verde	
Jornais Anti-situacionistas	
Eco de Cabeceiras	Eco de Cabeceiras
O Cávado	O Cávado
O Desfôrço	O Desfôrço
O Combate	O Combate
Maria da Fonte	Maria da Fonte
Distrito de Bragança	
Em Dez. ^o . 1933	Em Dez. ^o . 1934
Jornais Situacionistas	
	Terras de Bragança
	Correio de Mirandela
Jornais Simpatizantes	
	Notícias de Mirandela

(Cont.)

Jornais Neutros	
Notícias de Mirandela	
Jornais Anti-situacionistas	
Correio de Mirandela	
Distrito de Castelo Branco	
Em Dezº. 1933	Em Dezº. 1934
Jornais Situacionistas	
O Fundão	O Fundão
A Vanguarda	A Vanguarda
Era Nova	Era Nova
	A Grei
	A Covilhã
Jornais Simpatizantes	
Notícias da Covilhã	Notícias da Covilhã
A Voz dos trabalhadores	
Jornais Neutros	
A Nova Proença	Heraldo de Oleiros
O Despertar da Beira	
Heraldo de Oleiros	
Jornais Anti-situacionistas	
O Raio	O Raio
Distrito de Coimbra	
Em Dezº. 1933	Em Dezº. 1934
Jornais Situacionistas	
Diário de Coimbra	Diário de Coimbra
A Situação	A Situação
Comarca de Cantanhede	Comarca de Cantanhede
Povo da Louzã	Povo da Louzã
Notícias de Penacova	Notícias de Penacova
Jornais Simpatizantes	
Correio de Coimbra	Correio de Coimbra
O Figueirense	O Figueirense
Comarca da Táboa	Comarca da Táboa
Comarca de Arganil	Comarca de Arganil
O Dever	O Dever
	Correio de Soure
	O Taboense
	Notícias de Penela
Jornais Neutros	
Jornal de Arganil	Jornal de arganil
Gente da Guerra	Gente da Guerra
Novo Horizonte	Novo Horizonte
	Gazeta de Coimbra
	Despertar
	A Voz de Ançã
Jornais Anti-situacionistas	
Gazeta de Coimbra	Eco dos Olivais
Despertar	Gazeta de Cantanhede
Ecos dos Olivais	A Voz da Justiça

(Cont.)

O CERCO IDEOLÓGICO DO ESTADO NOVO À IMPRENSA...

Gazeta de Cantanhede	Alma Nova
A Voz da Justiça	A Razão
Alma Nova	
A Razão	
Jornal de Penacova	
Correio de Soure	
A Voz de S. Pedro d'Alva	
Distrito de Évora	
Em Dez.º. 1933	Em Dez.º 1934
Jornais Situacionistas	
Hora Nacional	
Notícias de Redondo	
Jornais Simpatizantes	
A Fôlha do Sul	A Fôlha do Sul
A Defeza	A Defeza
A Alvorada	A Alvorada
	Notícias de Évora
	Eco de Reguengos
	Notícias do Alentejo
	Calliope
	Eco de Estremoz
Jornais Neutros	
Notícias de Évora	O Montemorense
Brados do Alentejo	O Transtagano
Eco de Estremoz	
Notícias do Alentejo	
Eco de Reguengos	
O Transtagano	
O Montemorense	
Jornais Anti-situacionistas	
A Democracia do Sul	A Democracia do Sul
	Brados do Alentejo
Distrito de Faro	
Em Dez.º. 1933	Em Dez.º. 1934
Jornais Situacionistas	
	Correio do Sul
	O Povo Algarvio
Jornais Simpatizantes	
O Algarve	O Algarve
O Correio do Sul	Fôlha de Domingo
Fôlha do Domingo	Louletano
Jornais Neutros	
O Jornal de Lagos	O Jornal de Lagos
A Fôlha de Alte	A Fôlha de Alte
Louletano	Comércio de Portimão
Comércio de Portimão	Correio Algarvio
Notícias do Sul	
Jornais Anti-situacionistas	
Correio Algarvio	Voz do Sul
Voz do Sul	

(Cont.)

Distrito da Guarda	
Em Dezº. 1933	Em Dezº. 1934
Jornais Situacionistas	
Jornal da Guarda	Jornal da Guarda
Notícias de Foz Côa	Notícias de Foz Côa
Jornais Simpatizantes	
A Guarda	A Guarda
Hermínio	Hermínio
Notícias de Gouveia	Notícias de Gouveia
Jornais Neutros	
Estrela da Beira	Estrela da Beira
Estrela de Alva	Estrela de Alva
	Fôlha de Trancoso
Jornais Anti-situacionistas	
Distrito da Guarda	Distrito da Guarda
O Almeidense	
Actualidade	
Fôlha de Trancoso	
Distrito de Leiria	
Em Dezº. 1933	Em Dezº. 1934
Jornais Situacionistas	
O Mensageiro	O Mensageiro
Ecos de Alcôa	Ecos de Alcôa
Jornais Simpatizantes	
União Nacional	União Nacional
A Regeneração	A Regeneração
O Obidense	O Obidense
	O Eco
	Terra Mãe
Jornais Neutros	
A Gazeta das Caldas da Rainha	A Gazeta das Caldas da Rainha
O Eco	
Terra-Mãe	
Jornais Anti-situacionistas	
Linha Geral	
A Voz de Alcobaca	
Distrito de Lisboa	
Em Dezº. 1933	Em Dezº, 1934
Jornais Situacionistas	
A Verdade (Alenquer)	A verdade (Alenquer)
A Verdade (Lisboa)	A Verdade (Lisboa)
O Concelho de Mafra	O Concelho de Mafra
Alta Estremadura	Alta Estremadura
	Ávante
	O Trabalhador
	Vida Ribatejana
	A Voz de Belém
Jornais Simpatizantes	
Vida Ribatejana	Os Novos
	Quatro de Outubro

(Cont.)

O CERCO IDEOLÓGICO DO ESTADO NOVO À IMPRENSA...

Jornais Neutros	
Quatro de Outubro	Jornal de Cascais
A Voz do Concelho	Jornal do Estoril
Jornal de Cascais	
Jornal do Estoril	
Jornais Anti-situacionistas	
A Voz Pública	A Voz Pública
O Protesto	O Protesto
A Vida Social	A Vida Social
	A Cidade
Distrito de Portalegre	
Dez°. 1933	Dez°. 1934
Jornais Situacionistas	
	O Jornal da Situação
	Distrito de Portalegre
	O Castelovidense
Jornais Simpatizantes	
A Voz Portalegrense	O Campomaiorense
Distrito de Portalegre	O Alentejano
	Jornal de Elvas
Jornais Neutros	
Correio Elvense	A Voz Portalegrense
Jornal de Elvas	Correio Elvense
O Campomaiorense	Ecos da Colónia
A Fôlha do Leste	A Mocidade
O Castelovidense	
Ecos da Colónia	
O Alentejano	
A Mocidade	
Jornais Anti-situacionistas	
A Rabeca	A Fôlha do Leste
A Fôlha do Sul	
Distrito do Porto	
Dez°. 1933	Dez°. 1934
Jornais Situacionistas	
O Penafidense	O Penafidense
Vida Nova	O Marcoense
O Marcoense	Idea Nova
Idea Nova	Semana Tirsense
Semana Tirsense	Jornal de Santo Tirso
Jornal de Santo Tirso	Renovação
	O Tempo
Jornais Simpatizantes	
O Legionário	O Legionário
O Tempo	Comércio de Gaia
Comércio de Gaia	Progresso de Paredes
Progresso de Paredes	Flor do Tamega
	Jornal de Felgueiras
	Lus do Operário

(Cont.)

Jornais Neutros	
Lus do Operário	Povo de Lixa
Flor do Tamega	Comércio de Leixões
Povo de Lixa	O Comércio de Penafiel
Comércio de Leixões	
Jornal de Felgueiras	
Jornais Anti-Situacionistas	
A Nossa Terra	A Nossa Terra
O Clarim	O Clarim
Jornal de Penafiel	Jornal de Penafiel
O Povo de Penafiel	O Povo de Penafiel
O Comércio de Penafiel	Heraldo
Heraldo	O Jornal de Louzada
O Jornal de Louzada	O Comércio da Póvoa do Varzim
O Comércio da Póvoa do Varzim	A República
O Democrático	O Democrático
Distrito de Santarém	
Dez°. 1933	Dez°. 1934
Jornais Situacionistas	
Correio de Abrantes	Correio de Abrantes
Jornais Simpatizantes	
Correio da Estremadura	Correio da Estremadura
A Sorraia	O Sorraia
O Almonda	O Almonda
Notícias de Ourém	Notícias de Ourém
O Zézere	O Zézere
	Jornal de Abrantes
	Notícias do Entroncamento
	O Vale do Tejo
Jornais Neutros	
O Vale do Tejo	De Tomar
De Tomar	
Jornal de Rio Maior	
Notícias do Entroncamento	
Chamusca Nova	
Jornais Anti-situacionistas	
Jornal de Abrantes	
Distrito de Setúbal	
Em Dez°. 1933	Em Dez°. 1934
Jornais Situacionistas	
A Voz do Seixal	O Povo do Barreiro
Alcácer	
Jornais Simpatizantes	
Eco de Setúbal	A Voz do Seixal
O Sado	O Sado
O Seixalense	O Seixalense
A Mocidade	A Indústria
A Minha Terra	Jornal do Montijo
A Indústria	

(Cont.)

O CERCO IDEOLÓGICO DO ESTADO NOVO À IMPRENSA...

Jornais Neutros	
O Setubalense	O Setubalense
O Barreiro	A Mocidade
Voz do Barreiro	O Cezimbrense
Jornais Anti-situacionistas	
A Vitória	A Idéa
O Almadense	
O Cezimbrense	
Jornal do Montijo	
Distrito de Viana do Castelo	
Em Dez°. 1933	Em Dez°. 1934
Jornais Situacionistas	
Notícias de Viana	Notícias de Viana
Notícias dos Arcos	Notícias dos Arcos
Notícias de Valença	Notícias de Valença
Jornais Simpatizantes	
O Minhoto	O Minho
Rio Lima	Rio Lima
	O Courense
	Terra Minhota
	Notícias de Melgaço
	Aurora de Lima
Jornais Neutros	
O Courense	
Aurora de Lima	
Jornais Anti-situacionistas	
A Concórdia	A Concórdia
A Voz do Minho	A Voz do Minho
Notícias de Melgaço	A Plebe
A Plebe	Cardial Saraiva
Cardial Saraiva	Povo da Barca
Povo da Barca	
Terra Minhota	
Distrito de Vila Real	
Dez°. 1933	Dez°. 1934
Jornais Situacionistas	
Ordem Nova	Ordem Nova
Era Nova	Era Nova
Jornais Simpatizantes	
O Vilarrealense	O Vilarrealense
O Comércio de Chaves	O Comércio de Chaves
	Notícias de Vila Real
	A Região Duriense
	Notícias do Douro
Jornais Neutros	
A Região Duriense	Jornal da Régua
Jornal da Régua	
Jornais Anti-situacionistas	
Notícias de Vila Real	Jornal de Chaves
Jornal de Chaves	

(Cont.)

Distrito de Viseu	
Em Dezº. 1933	Em Dezº. 1934
Jornais Situacionistas	
O Nacionalista	Beira-Dão
Beira-Dão	Fôlha de Tondela
Fôlha de Tondela	Notícias da Beira
Jornais Simpatizantes	
Jornal da Beira	Jornal da Beira
Comércio de Vizeu	Comércio de Vizeu
Revista Católica	Revista Católica
A Voz de Lamego	A Voz de Lamego
	A Voz de Paiva
Jornais Neutros	
A Voz de Paiva	Renascimento
Renascimento	
Jornais Anti-situacionistas	
Distrito de Vizeu	Distrito de Vizeu
O Trabalho	O Trabalho
A Fraternidade	A Fraternidade
Notícias de Tondela	Povo da Beira

Fonte: «Imprensa de Província, Relatório Referente ao Ano de 1934» in Arquivo do Secretariado de propaganda Nacional, Armazém Pendão, Queluz